



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2023 (Do Sr. Defensor Stélio Dener)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a atual situação do enquadramento dos servidores pela Comissão Especial dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima.

Sr. Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja aprovado o presente requerimento para se discutir a atual situação do enquadramento dos servidores pela Comissão Especial dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, tendo em vista as suspensões de atos e portarias e também a substituição do presidente da Comissão Especial.

Portanto, solicito que sejam convidados os seguintes:

- Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Exma. Sra. Esther Dweck;
- Sr. João Cândido de Arruda Falcão, Presidente da Comissão Especial dos ex-Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Sr. Sérgio Eduardo A. Mendonça, Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Representante do Tribunal de Contas da União;
- Representantes de Entidades Sindicais e Associações de Servidores dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima.





JUSTIFICATIVA

Considerando as últimas movimentações que ocorreram na Comissão Especial dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, é que encontramos os argumentos necessários para a realização de audiência pública, no sentido de debater a situação atual de análise dos processos de enquadramento/transposição e buscar, ao mesmo tempo, esclarecimentos a cerca das suspensões e publicações de atos e portarias.

Conforme matéria publicada no sítio eletrônico do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o novo presidente, Sr. João Cândido de Arruda Falcão, afirma que a prioridade da Comissão Especial será avaliar a conformidade técnica e legal das atas que foram publicadas durante o período de defeso eleitoral, assim como os processos que se encontram pendentes de análise e julgamento. E que as análises vão ao encontro do que determinam portarias do então Ministério da Economia, na gestão do governo anterior, e também conforme as recomendações contidas em Acórdão do Tribunal de Contas da União.

Levando em conta esse contexto, há a necessidade da nova gestão da Comissão Especial esclarecer com mais detalhes sobre esses critérios de análises e reanálises e também pontuar as fundamentações técnicas e jurídicas para que os servidores enquadrados/transpostos neste período tenham o conhecimento exato do que estar sendo avaliado.

Trata-se de uma situação que necessita dos devidos esclarecimentos, no sentido de trazer conforto, segurança e confiabilidade aos servidores que já passaram pelo enquadramento (nomes que já foram deferidos em atas anteriores) e também àqueles que ainda estão em análise, ou em processo de superação de pendências ou àqueles que ainda buscam apresentar suas documentações.

Defendemos a transparência, a autenticidade e a justiça, e entendemos a necessidade de se seguirem os ritos processuais. Mas também defendemos as milhares de famílias dos ex-Territórios que há anos esperam por





CÂMARA DOS DEPUTADOS

solução, que buscam resolver suas pendências, que já cumpriram todos os requisitos legais da Comissão, que tenham a paz necessária do direito ao enquadramento/transposição.

Por entender que cabe a esta Comissão o debate que propomos, ressaltamos, portanto, a importância da realização desta Audiência Pública. Por isso solicitamos apoio dos nobres pares da Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER
REPUBLICANOS/RR

